

**Nome:** Ana Clara Antunes Costa de Andrade Nº USP: 10688560

Data: 15/09/2022

**Título:** From environmental to climate justice: climate change and the discourse of environmental justice

**Autores:** David Schlosberg e Lisette B. Collins

**Ideias centrais:**

Os autores mostram como a justiça ambiental, tanto os movimentos quanto as ideias, influenciaram no conceito de justiça climática.

Os autores dizem que é possível perceber claramente as preocupações e os princípios da justiça ambiental nos movimentos de justiça climática.

Embora seja comum pensar que ativistas e organizações de justiça ambiental só se voltaram para abordar questões de mudanças climáticas após o furacão Katrina, mostramos que a preocupação com os impactos das mudanças climáticas está presente há muito tempo no movimento de justiça ambiental.

O autor começa trazendo um histórico da justiça ambiental.

Os autores reforçam que é fundamental traçar o histórico, a definição e o escopo da justiça ambiental antes de relacionar com mudança climática.

- O início do movimento de justiça ambiental aos protestos de 1982 contra o descarte de solo contaminado com PCB em um novo aterro sanitário no condado de Warren, Carolina do Norte.

- **Alguns viram o evento como o início de uma fusão dos movimentos ambientais e de direitos civis.**

Embora seja muitas vezes visto como o início de um movimento, não foi o início das preocupações ambientais entre os afro-americanos, outras populações minoritárias ou os pobres. Os autores trazem a Conferência de Meio Ambiente Urbano (UEC) começou em Michigan em 1971, com o objetivo de vincular as preocupações ambientais e de justiça social por meio de uma coalizão de grupos trabalhistas, ambientais, de reforma urbana e de direitos civis.

- Observam que o movimento por justiça ambiental **foi mais do que simplesmente uma fusão** entre grupos de direitos civis e ambientalistas

Ressaltaram que há desafios na definição dos termos **meio ambiente e justiça**.

- Importante afastar a visão de meio ambiente ser apenas natureza, sem a vida cotidiana do ser humano.
- O meio ambiente é onde as pessoas vivem, trabalham e se divertem.

Movimentos ambientalistas focam nas ameaças da vida cotidiana pelos riscos ambientais. Os movimentos de justiça ambiental também estavam muito preocupados com espaços verdes e parques, engajando concepções indígenas da relação entre seres humanos e natureza não humana.

Essa influência é visto no primeiro princípio de justiça ambiental, desenvolvido na cúpula de 1991 - "sacralidade da Mãe Terra, a unidade ecológica e a interdependência de todas as espécies"

Além da definição de meio ambiente, a concepção de justiça no movimento também era bastante **diversa e pluralista**.

As condições ambientais foram vistas como **mais um indicador, outro sintoma**, da realidade maior de desigualdade social e econômica com a qual muitas comunidades

convivem diariamente.

**Todos esses aspectos da definição de justiça ambiental são refletidos nas abordagens da justiça climática – e os autores destacam a importância de uma estrutura de justiça ambiental para a compreensão do desenvolvimento da justiça climática.** (página 361)

Outro ponto interessante que os autores trazem é que a justiça ambiental também vem se expandindo tópicos e geograficamente ao longo dos anos.

Enquanto o movimento originalmente se concentrava nos Estados Unidos, o conceito se espalhou muito rapidamente –**horizontalmente para uma série de novos tópicos e países e verticalmente para uma série de questões globais.**

Então, o autor fala como está o conceito em alguns países. Cita uma série de autores e a situação em diversos países. E nisso o autor destaca que a justiça ambiental se expande e sua definição também, e por isso, ela acaba sendo usada para estruturar e explorar uma série de implicações das mudanças climáticas.

Em vários pontos o autor diz que o pensamento de justiça ambiental ficou mais forte depois do Katrina, mas reforça que antes já haviam alguns movimentos.

Porém, depois do Katrina viram uma maior ligação: Antes do Katrina, a maior parte do foco na justiça ambiental em Nova Orleans estava no apelido de 'Beco do Câncer' devido ao número de refinarias de petróleo, fábricas de produtos químicos e outras indústrias produtoras de toxinas. Depois do Katrina, alguns ativistas da justiça ambiental começaram a pensar nos outros impactos das emissões provenientes dessas mesmas chaminés ameaçadoras à comunidade – elas não caíram apenas sobre as populações locais, mas foram para a atmosfera, somadas às emissões de gases do efeito estufa, causadas o aquecimento do Golfo que aumentou a força do Katrina, e **assim voltou a impactar a comunidade de uma nova maneira.**

Muitos na comunidade de justiça ambiental estão começando a olhar para a relação entre meio ambiente e justiça de uma maneira diferente – que o meio ambiente e o sistema climático não são apenas sintomas da injustiça existente, **mas sim as condições necessárias para a realização da justiça social.** A conexão entre os danos ambientais e a contínua vulnerabilidade das comunidades trouxe mais energia e significado para a questão das mudanças climáticas.

Assim como a justiça ambiental, existem muitas e variadas definições de justiça climática. Três diferentes articulações de justiça climática: Incorporadas em (i) discursos acadêmicos, (ii) por ONGs e (iii) de movimentos de base.

### TRÊS MOMENTOS

- i)

A justiça climática foi usada pela primeira vez na literatura acadêmica por Weiss em 1989.

Acaba sendo uma tentativa de filosofia aplicada – o uso de noções mais ou menos ideais de justiça para fornecer uma justificativa normativa para a política global de mudança climática.

Embora essas abordagens estejam, em sua maioria, desconectadas do conceito ou prática de justiça ambiental incorporada nas organizações do movimento e na literatura, existem algumas áreas-chave de sobreposição.

Usam uma abordagem de responsabilidade histórica

- Princípio básico poluidor-pagador: que vincula a responsabilidade de resolver o problema com aqueles que produziram o problema

Uma abordagem de responsabilidade histórica também é um argumento comum das

comunidades no movimento de justiça ambiental, onde a questão da limpeza e compensação de danos ambientais é um tema recorrente.

- Essa sobreposição é mais uma confluência de preocupações com a justiça compensatória do que um exemplo da influência da justiça ambiental no desenvolvimento da abordagem da responsabilidade histórica.

\*\*\*\*Uma abordagem parecida com a justiça ambiental: argumenta que todas as pessoas e nações devem ter o direito de sair da pobreza antes de ganhar qualquer responsabilidade para mitigar as mudanças climáticas.

JA & JC: Compostos por afirmações de vários direitos.

- ii)

Os autores dizem que é uma visão mais elitista

Focada em influenciar os formuladores de políticas e processos

Somente mais tarde esse ativismo climático começou a diminuir para abranger os movimentos de base.

Depois, as ONGs focaram em ambas, na elite e movimentos de base para a justiça ambiental e climática, desenvolvendo e agindo simultaneamente.

A JC de ONGs de elite que não são orientadas para a construção de movimentos.

\*\*\*\*Incluem: abordagem de direitos de desenvolvimento; um direito mais relacionado a necessidade de industrializar; acordo entre norte/sul; compromisso com mercado de carbono; abordagem de direitos humanos.

Embora muitos grupos de base se concentrem em alguns deles, o foco deste está em uma abordagem mais política

- **iii) Movimentos de base**

Percebe-se a influência marcante da justiça ambiental

A influência das ideias populares de justiça ambiental na organização e nos princípios do movimento de justiça climática.

É difícil identificar exatamente a história de origem do conceito de justiça climática nos movimentos de base.

Em termos gerais, a ideia do movimento de justiça climática originou-se com o foco em remover as causas das mudanças climáticas, bem como abordar os impactos desiguais da indústria do petróleo em todas as etapas (da produção e distribuição até os impactos climáticos). E também, levanta a pauta de uma 'transição justa' para uma economia pós-carbono e prestar assistência a comunidades vulneráveis.

- A organização CorpWatch começou a usar a ideia de justiça climática em 1999, em um artigo sobre 'Greenhouse Gangsters and Climate Justice'
- Defende a abordagem de responsabilidade histórica

Depois foi falando de uma série de organizações que abordaram JC, mas sempre com algum foco específico.

Em 2002 grupos se reuniram com a Rede Internacional de JC e produziram os princípios de JC de Bali - vistos como a primeira declaração de grande movimento da ideia de JC em um contexto internacional. (muita influência dos americanos) (modelados a partir dos princípios da JA de 1991)

Em 2004 Durban Group for Climate Justice desenvolveu mais um conceito de JC - este focado em um discurso político sobre o comércio de carbono.

Em 2007 parte do movimento se reuniu na COP 13 - falando sobre mercado de carbono. Até, chegar em 2009, quando a rede de organizações focadas na justiça climática se solidificou com o desenvolvimento da rede Climate Justice Action para os eventos em Copenhague (COP)

**Chegando ao ápice em 2010 - Na Conferência Mundial dos Povos sobre Mudanças**

## **Climáticas e os Direitos da Mãe Terra, em Cochabamba, Bolívia.**

Dizem que a JC é tanto sobre a ruptura dos ecossistemas quanto sobre a desigualdade e outras injustiças vividas por comunidades humanas vulneráveis

- Reforçam que a culpa pelas mudanças climáticas e injustiças ambientais são dos abusos das empresas multinacionais de energia e dos governos dependentes delas.
- Reforçam algumas pautas já levantadas nos movimentos anteriores.

O que vemos no movimento de base pela justiça climática são uma variedade de **preocupações interrelacionadas**

Assim como a justiça ambiental, as principais preocupações do movimento giram em torno da inclusão, autonomia, transparência, compensação e sustentabilidade.

### **Metodologia:**

Revisão bibliográfica sobre os discursos da justiça ambiental: o desenvolvimento, os princípios, as demandas, as articulações e também traz as recentes ideias para uma adaptação justa às mudanças climáticas. Trazem uma visão geral da influência dos movimentos e dos conceitos de justiça ambiental no desenvolvimento do próprio discurso da justiça climática.

### **Conclusões:**

JC se baseia em princípios de justiça social, responsabilidade e participação democrática e sustentabilidade ecológica.

- E essas ideias, demandas e princípios também são vistos na JA, que teve influência direta na conceituação de justiça climática.

**Influenciam um ao outro e se fundem de várias maneiras.**

Ambos são ao mesmo tempo internacionais e locais e exigem atenção às relações existentes entre as comunidades humanas e os ambientes que as sustentam.

Há claras distinções entre essas abordagens. As abordagens foram desenvolvidas simultaneamente, porém, somente o discurso de movimento de base está claramente ligado à história, princípios e demandas dos movimentos de justiça ambiental.

Em última análise, nem acadêmicos nem formuladores de políticas podem compreender o significado de justiça climática sem compreender a longa e pluralista história dos movimentos sociais que desenvolveram o conceito nas últimas décadas.

Algumas abordagens recentes à adaptação climática também são informadas por ideais de justiça ambiental e sofrem as influências diretas do movimento de justiça ambiental nas concepções de adaptação justa às mudanças climáticas.

**A adaptação foi estruturada de forma a unir justiça ambiental, justiça climática e justiça social para os vulneráveis em geral.**

### **Citações destaques:**

Environmental justice has always focused on how injustice is constructed – why are those already exposed to other forms of disadvantage also subject to environmental harm? (pagina 361)

Climate change is simply a new way to violate basic human rights, and climate justice means providing for those rights to which we have already agreed. (página 365)

Climate justice meant moving to a post-carbon energy system, paying for the ecological and social damage from climate change, and protecting the voice and sovereignty of the most vulnerable. These themes, which focus on changing the nature of a production system that is creating risks, compensating for those risks, and providing for procedural justice and autonomy, reflect and reiterate the concerns of earlier environmental justice groups. (pagina 367)